



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

INTERPENETRAÇÃO ÉTNICA E CULTURAL NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: DILEMAS E COMPLEXIDADES

Maria Alice Moreira Silva*

Este trabalho, na perspectiva de rever a formação mestiça do Brasil, seus dilemas e interpenetração cultural, procurou na Literatura os argumentos necessários para compor suas reflexões a partir das seguintes referências: Darcy Ribeiro, Diários índios (1996), de Gilberto Freyre, Casa grande & senzala (2004), de Alfredo Bosi, Dialética da colonização (1992), de Emília Viotti, O mito da democracia racial (1985) e, nas Artes, procurou alguns trabalhos de artistas como: Jean Baptiste Debret (1768-1848) e Frans Post (1612-1680) da Missão Artística Francesa e de Johann Moritz Rugendas, da Missão Russa (MORAES et al., 2003), por expressaram, em seus trabalhos plásticos, aspectos importantes, para estas reflexões.

1

ETNIAS E SUAS CULTURAS

A organização econômica e civil da sociedade brasileira ocorreu depois de um século de contato dos portugueses com a vida tropical. À cultura social e econômica do invasor português incorporaram-se a economia agrícola, família patriarcal, escravidão, união com as índias e, mais tarde, com escravas negras, sendo que as relações entre

* Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

brancos e outras raças estiveram, desde o início do século XVI, ligadas pelo sistema econômico – monocultura latifundiária do açúcar –, que exigia enorme quantidade de escravos ou, então, pela falta de mulheres brancas entre os conquistadores (FREYRE, 2004).

A falta de mulheres acaba criando “[...] zonas de confraternização entre vencedores e vencidos.” (FREYRE, 2004, p. 33) representadas pelos senhores e escravos o que, muitas vezes, levou à constituição de famílias, embora dentro de uma relação do superior com o inferior. Esta miscigenação fez encurtar a distância entre a casa grande e a senzala, núcleo da vida colonial, contribuindo para a democratização racial do Brasil (FREYRE, 2004).

Entretanto, não há unanimidade entre os autores sobre a questão da democracia racial da qual fala o referido autor. O que todos concordam é com a relevância da participação do negro na vida e na formação do povo brasileiro.

Senão, vejamos: trazidos para o Brasil, como retratou Johann Moritz Rugendas em *Navio Negreiro* (MORAES et al., 2003), estes negros, na concepção de Gilberto Freyre (2004), foram os braços, a força motriz dos interesses capitalistas que nos deram a cana de açúcar, o cacau, o café, o milho, o algodão, os minérios, o feijão e ainda mais: estes negros tiveram também sua importância ao envolverem-se em episódios históricos relevantes, defendendo o Brasil, como ocorreu por ocasião da invasão holandesa e da Guerra do Paraguai. A música brasileira como o samba e maracatu são também heranças negras se não bastasse a mulata, símbolo da beleza brasileira. Na cozinha e na língua portuguesa, alguns termos como vatapá, acarajé, bobó, dendê, mugunzá, xinxin, angu, cachaça, cafuné, fubá e tantos outros, foram também trazidos pelo escravo negro. Será que, diante disto, poderíamos pensar em um caso de canibalismo cultural?

Porém a história destas relações não foi tão amistosa: o senhor de engenho era o dono de tudo, pois tinha grande força como dono da terra, ao vencer a Igreja com relação à propriedade da mesma. Era também o dono dos homens, das mulheres e suas grandes casas eram a expressão de seu poderio: enormes construções que possuíam grossas paredes com profundos alicerces. Freyre (2004) nos fala de um senhor de engenho que, para perpetuar-se, mandou matar dois escravos e enterrá-los no alicerce da casa. Então, o suor e o sangue dos negros foi o óleo, mais do que o da baleia utilizado

nas construções, que ajudou dar à Casa Grande a consistência de uma fortaleza (FREYRE, 2004).

Apesar de escravo, Freyre (2004) refere-se à alegria e a espontaneidade que possuíam os negros, o que parece estar expresso na litogravura Batuque (1835) de Johann Moritz Rugendas (MORAES et al., 2003). A importância que tiveram os negros na cultura brasileira é indiscutível como, da mesma forma o são, o preconceito e discriminação dos quais são vítimas: estas heranças parecem dificultar a integração dos negros no mundo dos brancos assumindo, muitas vezes, ares de racismo não claramente expressos. Negar um ascendente negro, mesmo diante da evidência de mestiçagem, é um de seus sinais.

Com relação à democracia racial, à qual vimos nos referindo, voltamos a Freyre (1989) e Viotti (1985) que tratam da questão das misturas étnicas e culturais como sendo um assunto polêmico (MORAES et al., 2003, p. 38). Freyre (2004) afirma existir uma democracia racial pois, brancos e negros eram como duas metades que se enriqueciam, mutuamente, pelos valores e experiências diversas, que os pardos foram companheiros dos brancos até nas salas de aula das casas grandes, e que havia garotos brancos aprendendo a ler e escrever com professores negros. Entretanto, em Viotti (1985) a democracia racial se apresenta como um mito.

Mesmo diante de alguma incerteza da fidelidade do olhar dos artistas estrangeiros patrocinados pelo Estado, muitas vezes, trabalhando sob encomenda e, possivelmente, com a atuação constrangida diante das expectativas da monarquia temos: podemos observar na tela do holandês Frans Post (1612-1680), intitulada O engenho, que a disposição das construções sugere níveis de estratificação social. Em outro trabalho artístico, na tela Feitores castigando escravos na roca (1828), de Jean Baptiste Debret, a violência dos senhores contra seus escravos é explícita (MORAES et al., 2003, p. 38). Em Navio Negreiro, Johann Moritz Rugendas reproduz as sub-condições em que vinham os negros da África. Mesmo assim, há registro de negros que manifestam alegria dançando, cantando em uma lógica não entendida pelo colonizador: Johann Moritz Rugendas (1835) em Capoeira, Lundu e Congado (MORAES et al., 2003, p.38).

Acredito ser aqui pertinente uma reflexão: será que o mito da democracia racial contribui para fortalecer a discriminação entre raças, por criar um modo falso de entender estas relações?

Os escravos, vindos das áreas de cultura negra mais adiantada, foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil, degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, “[...] e sob certo ponto de vista, os portugueses, a mão esquerda.” (FREYRE, 2004, p. 390).

A vida nos engenhos não era simples. Freyre (2004) nos diz que nos engenhos, tanto nas plantações como dentro das casas, lavando roupas ou na cozinha, enxugando pratos, fazendo doces ou pilando o café, os negros trabalhavam duro: a condição de senhor e a de escravo supunha desempenho de papéis dentro do sistema produtivo (BOSI, 1992). Ao escravo negro foram impostas tarefas cruéis como, por exemplo, carregar, sobre a cabeça, da casa grande para a praia, os barris com os excrementos das casas dos senhores, que ficavam debaixo das escadas ou em outro canto da casa, acumulando material podre. “Às vezes largavam o fundo emporcalhando-se então o carregador da cabeça aos pés.” (FREYRE, 2004, p. 550). Havia negros que se suicidavam comendo terra, enforcando-se ou tomando veneno. O banzo era também uma das causas do sofrimento que tornava o negro alguém sem gosto pela vida (FREYRE, 2004). Entretanto, foram a casa grande e a senzala os palcos onde a mestiçagem ocorreu, com o nascimento dos filhos bastardos, fruto das relações entre o senhor e suas escravas.

Uma reportagem da Revista Veja que trata da questão do quem somos nós, os brasileiros, e que se refere à miscigenação vemos o seguinte:

Geralmente as pessoas e as sociedades manifestam curiosidade e preocupação em relação a seus antepassados. Os brasileiros, mais que os habitantes de países de população homogênea, têm interesse redobrado pelo assunto [...] Sabe-se hoje que mais de 60% dos que se julgam brancos têm sangue índio ou negro correndo nas veias. O problema está no fato de que essa mestiçagem influi na maneira como a população se enxerga. E a elite brasileira, por exemplo, parece envergonhar-se de sua mestiçagem. Alguns pensadores brasileiros chegaram a pregar o ‘branqueamento’ da nação por meio da

imigração. Outros, mais generosos, enxergam as virtudes que a miscigenação propicia. Enfim, esse sempre foi assunto que gerou muita polêmica e discussão [...]. (MORAES et al., 2003, p. 36).

Entretanto, tantas dificuldades para o negro, ainda que formalmente liberto, possuem, entre outras, uma explicação ancestral, ligada às transformações decorrentes do capitalismo. No século XIX, o fim do sistema escravista e transição para o trabalho assalariado ocorreu em um processo que não incorporou os negros, antigos escravos de origem africana, à nova ordem instalada no país. “Na nova divisão internacional do trabalho, os novos empreendedores, surgidos com a importância do café como produto de exportação, optaram pelo trabalho do imigrante europeu [...]” (FEIJÓ, 2001, p. 40).

Mas nossa gente não foi formada apenas por portugueses, negros e mulatos. Da miscigenação faz parte o índio cuja história tem uma data bem antiga (MUSSA, 2009) e de quem recebemos valiosas contribuições. Jean Baptiste Debret (MORAES et al., 2003), em um de seus trabalhos (*Guerreiro indígena à cavalo*), retrata um indígena à cavalo como sendo um homem forte, com traços bem definidos, o que nos sugere questionar: será que esta representação do índio faz com que esqueçamos, muitas vezes, que houve escravidão indígena no Brasil? De qualquer maneira sabemos que a escravidão indígena no Brasil foi uma realidade, especialmente durante o bandeirismo e só não se generalizou por não interessar aos interesses capitalistas. Traficar negros da África era uma atividade bem mais rentável.

Como surgiram nossos índios? Há onze mil anos a Amazônia brasileira começou a ser ocupada por humanos e diversas culturas originais foram despontando na floresta, em Santarém, onde surge a mais antiga cerâmica, há oito mil anos, e um dos mais bonitos painéis rupestres. Foi lá também que ocorreu o cultivo da mandioca, cuja manipulação data de quatro mil anos. Por razões desconhecidas, um destes povos deixou sua região nativa e iniciou a migração: o tupi-guarani (MUSSA, 2009). Por ocasião da invasão portuguesa do Brasil, havia em quase toda costa brasileira índios falantes de uma língua conhecida como brasílica e que, embora acreditassem descender dos mesmos antepassados, com um patrimônio intelectual comum, não constituíam um povo porque se dividiam em grupos que possuíam a própria identidade e que eram, às vezes, antagônicos. O autor destaca os “[...] tupiniquim, temiminó, maracajá, tabajara, potiguara, caeté, tupinaé, amoipira, carijó, talvez os guaianá.” (MUSSA, 2009, p. 13).

Dos tupis, divididos em aliados e inimigos, vieram a cerâmica, a cultura da mandioca da qual extraíam a farinha que lhes oferecia o carboidrato, a higiene do corpo como o banho diário, a rede, o óleo de côco e algumas árvores que cultivamos, como o milho, caju (FREYRE, 2004). Estes índios conheciam o mapa do céu, sabiam medir o tempo e prever fenômenos naturais pelas estrelas. Eram canoieiros, guerreiros, dominavam a arte plumária e conheciam dezenas de plantas, drogas, remédios caseiros, utensílios de cozinha. Possuíam uma organização social quase anárquica, pois os que comandavam não instituíam leis, nem julgavam e também não mandavam: eles eram apenas respeitados e exemplos por possuírem mulheres e prestígio, consequência de seu talento pessoal.

As guerras eram constantes: os vencedores tomavam o território dos vencidos, não tinham vantagens econômicas, mas os vencidos eram capturados apenas para serem devorados nas práticas antropofágicas, em ritos canibais (MUSSA, 2009). A antropofagia era entendida como aumento de forças que recebiam do corpo e da alma de “inimigos mortos em peleja honrosa” (BOSI, 1992, p. 69) e possuía, como objetivo, eliminar do mundo o conceito do mal, onde cada um dependia de seus inimigos, e toda violência significava uma bênção (MUSSA, 2009). “Matar, comer, ser morto e vingado” é a saída canônica da qual fala Mussa (2009, p. 79) onde, a partir de relatos de viajantes do século XVI, trata especialmente dos tamoios (tupinambás do litoral do Rio de Janeiro e São Paulo), abordando em narrativa, a criação do mundo e da civilização.

Darcy Ribeiro (1996) ao referir-se aos Tupinambás, nos diz que a guerra era a preocupação principal dos homens: o objeto não era a conquista de terras ou a dominação do vencido, mas sim a captura para as cerimônias de antropofagia ritual, quando em comunhão, juntavam-se para devorar o herói cativo de quem queriam adquirir a valentia. Alimentar-se do semelhante, em cerimônia que durava dias e envolvia toda a tribo, inclusive mulheres e crianças, era uma das maneiras mais honradas de alcançar a terra-sem-mal. O ato de devorar um inimigo, segundo Mussa (2009), expõe, de uma maneira ritualística, a forma como os índios eliminavam o mal do mundo. Os índios não falavam sobre o canibalismo. Assim como os vikings, os tupinambás também não desejavam a morte natural, mas uma morte ritual. O sistema de vingança do canibalismo torna sagrada a violência do homem contra o homem.

O rito canibal assim se configura: no primeiro dia dos ritos de execução os homens que participam têm o corpo pintado com jenipapo e coberto de penas vermelhas. As mulheres passam a noite ao lado da vítima, entoando gritos de vingança. A mulher da vítima chora e se despede. O matador imita o ataque de uma ave de rapina. Dá golpes para derrubar a vítima. O último, fatal, na nuca. O corpo é retalhado e comido. Dias depois, o matador anuncia seu novo nome e recebe no corpo incisões de dente de cotia. Vingado, chega à terra-sem-mal (uma espécie de paraíso, numa analogia com o catolicismo). Este relato é um apanhado das descrições de rituais canibais deixados entre os séculos XVI e XVII por europeus preocupados em documentar o que consideravam selvageria – gente como Hans Staden, Fernão Cardim, Andre Thevet. Para Mussa (2009) o canibalismo, sentimento primitivo, é um elemento fundamental do mecanismo de vingança.

A Igreja não assistia a tudo isto indiferente pois possuía planos para evangelizar os selvagens da América. Então, nessa tarefa, os padres jesuítas tiveram um papel importante tentando implantar uma sociedade que tivesse a fé católica. A missão jesuítica no Brasil tem uma dinâmica peculiar: fidelidade à Contra Reforma até o momento em que a cruz e espada se separam e se hostilizam para disputar o mesmo bem: o corpo e alma indígena (BOSI, 1992). Os jesuítas queriam que os índios deixassem seu *habitat* e se vestissem. Isto não coincidia com os interesses do senhor de engenho que queria escravizá-los provocando, em ambos os casos, a dizimação ou fuga dos primitivos para o interior (BOSI, 1992).

Era nos ritos canibais que residia o alvo a ser destruído pela pregação dos jesuítas, o que se fazia pela generalização do medo, já presente no índio, aos espíritos malignos, e a todas entidades manifestas em transes: diabolizar toda cerimônia que envolvesse retorno dos mortos (BOSI, 1992).

Para converter o nativo,

Anchieta engendrou uma poesia e um teatro cujo correlato imaginário é um mundo maniqueísta cindido entre forças em perpétua luta: Tupã-Deus, com sua constelação familiar de anjos e santos, e Anhangá-Demônio, com sua corte de espíritos malévolos que se fazem presentes em cerimônias tupis. (BOSI, 1992, p. 67-68).

Anchieta, em sua narrativa, coloca em primeiro plano o contraste entre “colonização como preação e o apostolado” (BOSI, 1992, p. 32), inicialmente entrosados. Considerava os portugueses os maiores inimigos do trabalho de catequese e diz, em sua narrativa, que o que mais afugentava os índios destes e conseqüentemente da Igreja era a tirania usada, que obrigava os índios à escravidão, separando-os ou vendendo-os (BOSI, 1992).

Darcy Ribeiro diz acreditar que duzentas mil mulheres índias foram responsáveis pelo primeiro milhão de brasileiros. Entretanto, continuamos esse caldeamento pelo sangue do negro e europeu, mas o que existe de singular, o moreno típico brasileiro, é a garra do índio. Temos ainda outra herança indígena, a sabedoria de adaptação à floresta tropical porque, sem esta sabedoria, seríamos outros (RIBEIRO, 1996).

A mulher índia é considerada a base física da sociedade brasileira:

À mulher gentia temos que considerá-la não só a base física da família brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se a multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus, mas valioso elemento de cultura, pelo menos material, na formação brasileira. Por seu intermédio enriqueceu-se a vida no Brasil, [...] de uma série de alimentos ainda hoje em uso, de drogas e remédios caseiros, de tradições ligadas ao desenvolvimento da criança, de um conjunto de utensílios de cozinha, de processos de higiene tropical - inclusive o banho freqüente ou pelo menos diário, que tanto deve ter escandalizado o europeu porcalhão do século XVI. (FREYRE, 2004, p. 162-163).

Com relação ao homem, o índio, Freyre (2004, p. 163) diz que

[...] a contribuição do indígena [...] foi formidável: mas só na obra de devastamento e de conquista, dos sertões, de que ele foi o guia, o canoeiro, o guerreiro, o caçador e pescador. Muito auxiliou o índio ao bandeirante mameluco, os dois excedendo ao português em mobilidade, atrevimento e ardor guerreiro; sua capacidade de ação e de trabalho falhou, porém, no ramo-rame tristonho da lavoura de cana, que só as reservas extraordinárias de alegria e de robustez animal do africano tolerariam tão bem. Compensou-se o índio, amigo ou escravo dos portugueses, da inutilidade no esforço contínuo pela extrema bravura no heróico e militar. Na obra do sertanismo e de defesa da colônia contra espanhóis, contra tribos inimigas dos portugueses, contra corsários.

Muito se escreveu sobre o extermínio indígena e que foram os portugueses os promotores dos genocídios o que é, parcialmente, verdadeiro, especialmente no século XVI. O que matou os tupis foram as epidemias, principalmente a gripe e a varíola, porque não possuíam condições e resistências para estas enfermidades. Entretanto, as fontes históricas são ricas em nos informar da intensa miscigenação entre portugueses e índias, a quem logo depois vieram somar os africanos. Estudos genéticos apontam para os seguintes números: 33% dos brasileiros que se autodenominam brancos descendem de uma indígena, por linha materna e 12% apenas entre os classificáveis como negro (MUSSA, 2009), ou seja, “[...] no Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é [...] roubando a frase clássica de Eduardo Viveiros de Castro.” (MUSSA, 2009, p. 22).

Para Bosi (1992) a barbarização ecológica e populacional acompanhou as marchas colonizadoras entre nós, tanto na zona canavieira quanto no sertão bandeirante: daí as queimadas, a morte ou a preação dos nativos. Desta maneira, “[...] o máximo que se poderia afirmar é que o colonizador tirou, para si, bom proveito da sua relação com o índio e o negro.” (BOSI, 1992, p. 28).

A partir das reflexões feitas neste trabalho, por não poder deixar de perceber sinais de humilhação e de canibalização étnica e cultural da qual foram vítimas nossos ancestrais, ficam dúvidas que inquietam e instigam ao mesmo tempo: com relação aos índios e negros, o que observamos é o mal disfarçado e mascarado racismo, preconceito e discriminação daqueles que não percebem a própria mestiçagem racial ou será que acreditamos e respeitamos os índios diante dos estudos genéticos que provam serem eles nossos importantes ancestrais? Será que há uma forma de reparar moralmente negros e índios pelas humilhações históricas a que foram submetidos?

Apesar de muitas dúvidas, a autora deste trabalho acredita que a certeza que temos é que somos um País com muitas desigualdades, mestiços étnica e culturalmente, porém possuímos um importante patrimônio: somos diferentes frente ao mundo, somos únicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

VI Simpósio Nacional de História Cultural
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Teresina-PI
ISBN: 978-85-98711-10-2

FEIJÓ, M. C. **O revolucionário cordial**: Astrogildo Pereira e as origens de uma política cultural. São Paulo: Boitempo, 2001.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2004.

_____. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

MORAES, C. et al. **Ofício de professor**. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2003. Fasc. 7, p. 38. (Sociedade e cultura brasileira).

MUSSA, A. **Meu destino é ser onça**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

RIBEIRO, D. **Diários índios. Os Urubus-Kaapor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

VIOTTI, E. da C. **O mito da democracia no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.